

GOVERNO DE MACAU

Decreto-Lei n.º 112/84/M

de 20 de Outubro

Considerando que o Decreto-Lei n.º 13/84/M, de 10 de Março, procedeu à uniformização das carreiras do pessoal de informática dos Serviços da Administração Pública de Macau, determinando a revisão dos respectivos quadros de pessoal por forma a garantir a integração nas carreiras nele previstas de quem, à data da sua entrada em vigor, se encontra a exercer as funções correspondentes;

Tendo em atenção a publicação e entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 44/84/M, de 19 de Maio, que cria o quadro informático da Direcção dos Serviços de Finanças (DSF);

Considerando que se torna necessário estabelecer as regras de transição do pessoal que exercia funções no Núcleo de Informática da DSF anteriormente à publicação do Decreto-Lei n.º 13/84/M, de 10 de Março, a fim de se dar cumprimento ao disposto no artigo 10.º, n.º 2, do mesmo diploma;

Ouvido o Conselho Consultivo;

O Encarregado do Governo de Macau decreta, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do Estatuto Orgânico de Macau, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

Artigo 1.º

(Regime de transição)

O pessoal que, à data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 13/84/M, de 10 de Março, se encontrava a exercer na Direcção dos Serviços de Finanças (DSF) as funções correspondentes às categorias das diversas carreiras previstas no mesmo diploma, transita para os lugares do quadro informático da mesma Direcção, mediante despacho do Governador, independentemente de visto e posse, mas com anotação do Tribunal Administrativo, pela forma seguinte:

Carreira de Técnico de Informática:

a) Para técnico de informática de 2.ª classe:

— O actual programador/analista eventual, com licenciatura em informática que vem exercendo funções no Centro de Organização e Informática da DSF desde 9 de Agosto de 1982.

Carreira de Programador:

b) Para programador:

— O actual segundo-oficial do quadro administrativo, com Curso Geral do Comércio, que vem exercendo funções como programador no Centro de Organização e Informática da DSF desde 20 de Dezembro de 1979;

— O actual recebedor de 3.ª classe do quadro das recebedorias, com o Curso Geral do Comércio, que vem exercendo funções como programador no Centro de Organização e Informática da DSF desde 11 de Fevereiro de 1980.

Carreira de Operador:

c) Para operador principal:

— O actual segundo-oficial do quadro administrativo com o Curso Geral do Comércio e que vem exercendo funções

no Centro de Organização e Informática da DSF como chefe de turno desde 20 de Dezembro de 1979;

— O actual terceiro-oficial do quadro administrativo da DSF com o Curso Geral do Comércio e que vem exercendo funções no Centro de Organização e Informática da DSF como chefe de turno desde 27 de Novembro de 1980;

— O actual terceiro-oficial do quadro administrativo da DSF com habilitação equivalente ao 9.º ano de escolaridade e que vem exercendo funções no actual Centro de Organização e Informática como chefe de turno desde 10 de Março de 1980;

— O operador eventual com habilitação equivalente ao Curso Complementar do Ensino Secundário e que vem exercendo funções no Centro de Organização e Informática da DSF como chefe de turno desde 1 de Janeiro de 1981.

d) Para operador de 2.ª classe:

— O operador eventual, com o Curso Complementar do Ensino Secundário, que vem exercendo funções no Centro de Organização e Informática da DSF como operador de computador desde 3 de Janeiro de 1983;

— O operador eventual com habilitação equivalente ao 9.º ano de escolaridade e que vem exercendo funções no Centro de Organização e Informática da DSF como operador de computador desde 1 de Fevereiro de 1983.

Artigo 2.º

(Contagem de tempo de serviço)

Para efeitos de promoção entende-se como exercido no novo cargo todo o tempo de serviço prestado nas funções desempenhadas no Núcleo de Informática da DSF pelo pessoal transitado nos termos deste diploma.

Artigo 3.º

(Produção de efeitos)

As alterações resultantes das transições previstas no artigo 1.º produzem efeitos a partir da data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 13/84/M, de 10 de Março.

Aprovado em 19 de Outubro de 1984.

Publique-se.

O Encarregado do Governo, *Manuel Maria Amaral de Freitas*.

Decreto-Lei n.º 113/84/M

de 20 de Outubro

Considerando que, no decurso do corrente ano, foram publicadas várias medidas legislativas de que resultou um acréscimo de despesa corrente não prevista inicialmente;

Considerando a necessidade de satisfazer despesas correntes da Administração oportunamente detectadas, a fim de se assegurar o seu regular funcionamento;

Considerando que existem recursos financeiros, e tendo presente o mecanismo de revisão orçamental previsto no artigo 21.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 41/83/M, de 21 de Novembro;

Ouvido o Conselho Consultivo;

O Encarregado do Governo de Macau decreta, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do Estatuto Orgânico de Macau, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

Artigo 1.º É elevada em \$29 048 564,90, a estimativa das receitas a cobrar no ano económico de 1984, prevista no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 55/83/M, de 30 de Dezembro.

Art. 2.º A tabela da receita ordinária do orçamento geral do Território para 1984 é alterada na seguinte rubrica:

CAPÍTULO 1.º

Receitas correntes

Impostos directos

Grupo 1 — Sobre o rendimento:

Artigo 5.º — Rendimentos provenientes de jogos e lotarias:

b) Jogos de fortuna ou azar \$284 048 564,90

Art. 3.º São reforçadas e dotadas nas importâncias indicadas as seguintes rubricas da tabela de despesa ordinária do orçamento geral em vigor:

CAPÍTULO 1.º

Gabinete do Governo de Macau (G.G.M.)

Despesas correntes:

Artigo 10.º — Telefones individuais	\$ 12 000,00
Artigo 12.º — Vestuário e artigos pessoais — Compensação de encargos	\$ 8 000,00
Artigo 13.º — Subsídio de família	\$ 24 000,00
Artigo 16.º — Remunerações por serviços auxiliares	\$ 900 000,00
Artigo 18.º — Bens duradouros:	
2) Material de educação, cultura e recreio	\$ 20 000,00
Artigo 19.º — Bens não duradouros:	
3) Consumos de secretaria	\$ 20 000,00
5) Outros bens não duradouros	\$ 20 000,00
Artigo 20.º — Conservação e aproveitamento de bens	\$ 184 000,00
Artigo 21.º — Despesas gerais de funcionamento:	
1) Encargos próprios das instalações	\$ 470 000,00
4) Comunicações	\$ 10 000,00
6) Encargos não especificados	\$ 10 000,00

Serviços de Programação e Coordenação de Empreendimentos

Despesas correntes:

Artigo 63.º — Subsídio de Natal \$ 46 728,00

A transportar \$ 1 724 728,00

Transporte \$ 1 724 728,00

Artigo 65.º — Remunerações por serviços auxiliares \$ 47 870,00

Artigo 67.º — Bens não duradouros:

2) Consumos de secretaria \$ 10 000,00

Artigo 69.º — Despesas gerais de funcionamento:

1) Encargos próprios das instalações \$ 135 000,00

CAPÍTULO 4.º

Serviços de Assuntos Chineses

Despesas correntes:

Artigo 111.º — Subsídio de família \$ 20 000,00

CAPÍTULO 5.º

Serviços de Educação e Cultura

Despesas correntes:

Artigo 138.º — Despesas gerais de funcionamento:

4) Representação \$ 7 000,00

Bibliotecas

Despesas correntes:

Artigo 170.º — Bens não duradouros:

2) Consumos de secretaria \$ 15 000,00

Artigo 171.º — Conservação e aproveitamento de bens \$ 35 000,00

Artigo 172.º — Despesas gerais de funcionamento:

1) Encargos próprios das instalações \$ 120 000,00

CAPÍTULO 6.º

Serviços de Saúde

Despesas correntes:

Artigo 183.º — Telefones individuais \$ 4 000,00

Artigo 186.º — Subsídio de família \$ 210 000,00

Artigo 189.º — Remunerações por serviços auxiliares \$ 278 000,00

Artigo 190.º — Remunerações diversas — Previdência Social:

1) Para aquisição de medicamentos, apósitos, vacinas, etc., bem como exames anátomo-patológicos a realizar fora do Território para os funcionários e seus familiares \$ 495 000,00

Artigo 194.º — Despesas gerais de funcionamento:

2) Encargos com a saúde:

d) Medicamentos, apósitos, vacinas, drogas, etc. \$ 1 075 000,00

A transportar \$ 4 176 598,00

<i>Transporte</i>	\$ 4 176 598,00	<i>Transporte</i>	\$ 9 979 298,00
<i>Despesas de capital:</i>		Artigo 254.º — Outras despesas correntes:	
Artigo 197.º — Investimentos:		7) Despesas eventuais e não especificadas \$ 850 000,00	
1) Material de transporte		10) Despesas com a organização e impressão do orçamento e impressos e livros de interesse geral	
	\$ 35 500,00		\$ 200 000,00
CAPÍTULO 9.º		15) Dotação provisional para encargos com o aumento de vencimentos e reestruturação de serviços	
Serviços de Finanças			\$ 10 000 000,00
<i>Despesas correntes:</i>		Artigo 255.º — Despesas de anos findos	
Artigo 217.º — Vencimentos e salários:			\$ 200 000,00
3) Salários do pessoal eventual		CAPÍTULO 10.º	
	\$ 220 000,00	Juízo de Direito	
Artigo 219.º — Horas extraordinárias		<i>Despesas correntes:</i>	
	\$ 43 000,00	Artigo 278.º — Outras despesas correntes:	
Artigo 224.º — Telefones individuais		1) Para pagamento de prémios de seguro das viaturas do Estado	
	\$ 2 000,00		\$ 4 811,10
Artigo 225.º — Subsídio de família		CAPÍTULO 14.º	
	\$ 74 000,00	Serviços de Registo e Notariado	
Artigo 233.º — Despesas gerais de funcionamento:		Conservatória do Registo Predial de Macau	
4) Trabalhos especiais diversos:		<i>Despesas correntes:</i>	
a) Preparação, lançamento e fiscalização de contribuições e impostos		Artigo 330.º — Telefones individuais	
	\$ 640 000,00		\$ 915,00
<i>Despesas de capital:</i>		Conservatória dos Registos Comercial e da Propriedade Automóvel de Macau	
Artigo 235.º — Investimentos:		<i>Despesas correntes:</i>	
1) Material de transporte		Artigo 344.º — Telefones individuais	
	\$ 38 200,00		\$ 900,00
<i>Despesas comuns:</i>		Conservatórias do Registo Civil	
Artigo 244.º — Comunicações:		1.ª Conservatória do Registo Civil	
1) Portes de correios e telégrafos		<i>Despesas correntes:</i>	
	\$ 300 000,00	Artigo 364.º — Bens não duradouros:	
2) Chamadas radiotelefónicas		2) Consumos de secretaria	
	\$ 400 000,00		\$ 40 000,00
3) Transporte de material, fretes e seguros, despachos e outras despesas conexas		Artigo 366.º — Despesas gerais de funcionamento:	
	\$ 300 000,00	1) Encargos próprios das instalações	
Artigo 245.º — Deslocações:			\$ 15 000,00
1) Ajudas de custo e subsídios inerentes às deslocações fora do Território ...		2.ª Conservatória do Registo Civil	
	\$ 300 000,00	<i>Despesas correntes:</i>	
2) Passagens de ou para o exterior:		Artigo 377.º — Bens duradouros:	
b) Por quaisquer outros motivos ...		4) Outros bens duradouros	
	\$ 400 000,00		\$ 4 600,00
Artigo 247.º — Remunerações diversas — Previdência Social:		Artigo 380.º — Despesas gerais de funcionamento:	
1) Despesas com assistência médica, tratamento e internamento de funcionários do activo		1) Encargos próprios das instalações	
	\$ 300 000,00		\$ 20 000,00
Artigo 248.º — Bens duradouros:		Cartórios Notariais	
1) Material de aquartelamento e alojamento:		1.º Cartório Notarial de Macau	
a) Aquisição de móveis para residências dos funcionários com direito a mobiliário por conta do Estado		<i>Despesas correntes:</i>	
	\$ 1 800 000,00	Artigo 397.º — Subsídio de residência	
Artigo 250.º — Despesas gerais de funcionamento:			\$ 6 000,00
1) Encargos próprios das instalações			
	\$ 400 000,00		
2) Publicidade e propaganda			
	\$ 200 000,00		
3) Locação de bens			
	\$ 350 000,00		
<i>A transportar</i>	\$ 9 979 298,00	<i>A transportar</i>	\$ 21 321 524,10

Transporte\$ 21 321 524,10

Transporte\$ 22 983 674,10

2.º Cartório Notarial de Macau*Despesas correntes:*

Artigo 410.º — Subsídio de residência\$ 3 600,00

**Conservatória do Registo Civil e Cartório
Notarial das Ilhas***Despesas correntes:*

Artigo 424.º — Telefones individuais\$ 1 550,00

Despesas de capital:

Artigo 434.º — Investimentos:

1) Material de transporte\$ 94 000,00

CAPÍTULO 15.º**Serviços de Economia***Despesas correntes:*

Artigo 444.º — Subsídio de família\$ 42 000,00

Artigo 449.º — Bens não duradouros:

2) Consumos de secretaria\$ 150 000,00

Artigo 450.º — Conservação e aproveitamento
de bens\$ 130 000,00Artigo 451.º — Despesas gerais de funciona-
mento:

1) Encargos próprios das instalações\$ 540 000,00

CAPÍTULO 16.º**Serviços de Obras Públicas e Transportes***Despesas correntes:*

Artigo 454.º — Vencimentos e salários:

3) Salários do pessoal eventual\$ 300 000,00

Artigo 465.º — Remunerações por serviços
auxiliares\$ 200 000,00

Artigo 467.º — Bens não duradouros:

4) Consumos de secretaria\$ 150 000,00

Artigo 469.º — Despesas gerais de funciona-
mento:

2) Comunicações\$ 15 000,00

CAPÍTULO 17.º**Serviços Florestais e Agrícolas***Despesas correntes:*Artigo 487.º — Despesas gerais de funciona-
mento:

2) Comunicações\$ 12 000,00

CAPÍTULO 18.º**Serviços Meteorológicos e Geofísicos***Despesas correntes:*Artigo 504.º — Despesas gerais de funciona-
mento:

1) Encargos próprios das instalações\$ 24 000,00

A transportar\$ 22 983 674,10**CAPÍTULO 19.º****Serviços de Turismo***Despesas correntes:*

Artigo 509.º — Subsídio de residência\$ 20 000,00

Artigo 520.º — Despesas gerais de funciona-
mento:

1) Encargos próprios das instalações\$ 350 000,00

Despesas de capital:

Artigo 522.º — Investimentos:

1) Material de transporte\$ 40 000,00

CAPÍTULO 20.º**Gabinete de Comunicação Social***Despesas correntes:*

Artigo 524.º — Horas extraordinárias\$ 50 000,00

Artigo 534.º — Bens duradouros:

2) Material honorífico e de represen-
tação\$ 1 000,00

3) Equipamento de secretaria\$ 80 000,00

Artigo 535.º — Bens não duradouros:

3) Outros bens não duradouros\$ 25 000,00

Artigo 537.º — Despesas gerais de funciona-
mento:

3) Publicidade e propaganda\$ 425 000,00

6) Trabalhos especiais diversos\$ 130 000,00

CAPÍTULO 21.º**Imprensa Nacional***Despesas correntes:*

Artigo 541.º — Horas extraordinárias\$ 173 000,00

Artigo 548.º — Remunerações por serviços
auxiliares\$ 23 840,00Artigo 552.º — Despesas gerais de funcio-
namento:

1) Encargos próprios das instalações\$ 125 000,00

Artigo 553.º — Outras despesas correntes:

1) Para pagamento de prémios de segu-
ro das viaturas do Estado\$ 1 180,80**CAPÍTULO 22.º****Inspecção dos Contratos de Jogos***Despesas correntes:*

Artigo 557.º — Subsídio de residência\$ 20 000,00

Artigo 562.º — Subsídio de família\$ 16 000,00

CAPÍTULO 23.º**Serviços de Marinha***Despesas correntes:*

Artigo 576.º — Abono para falhas\$ 5 700,00

Artigo 586.º — Subsídio de família\$ 120 000,00

A transportar\$ 24 589 394,90

<i>Transporte</i>	\$ 24 589 394,90
Artigo 587.º — Subsídio de Natal	\$ 10 970,00
Artigo 589.º — Remunerações por serviços auxiliares	\$ 3 200,00
Artigo 594.º — Despesas gerais de funcionamento:	
1) Encargos próprios das instalações	\$ 250 000,00

CAPÍTULO 24.º**Forças de Segurança de Macau****Comando***Despesas correntes:*

Artigo 605.º — Alimentação e alojamento — Em numerário	\$ 10 000,00
Artigo 617.º — Bens duradouros:	
1) Construções e grandes reparações	\$ 550 000,00
3) Material de aquartelamento e alojamento	\$ 1 300 000,00
5) Material fabril, oficial e de laboratório	\$ 55 000,00
Artigo 618.º — Bens não duradouros:	
5) Consumos de secretaria	\$ 400 000,00
Artigo 620.º — Despesas gerais de funcionamento:	
1) Encargos próprios das instalações	\$ 275 000,00

Polícia de Segurança Pública*Despesas correntes:*

Artigo 629.º — Subsídio de residência	\$ 350 000,00
Artigo 637.º — Subsídio de família	\$ 650 000,00

Polícia Marítima e Fiscal*Despesas correntes:*

Artigo 656.º — Subsídio de família	\$ 200 000,00
--	---------------

Polícia Municipal*Despesas correntes:*

Artigo 673.º — Subsídio de família	\$ 15 000,00
--	--------------

Corpo de Bombeiros*Despesas correntes:*

Artigo 684.º — Subsídio de residência	\$ 120 000,00
Artigo 691.º — Subsídio de família	\$ 70 000,00

Centro de Instrução Conjunto*Despesas correntes:*

Artigo 700.º — Vencimentos e salários:	
1) Vencimentos	\$ 150 000,00

Polícia Judiciária*Despesas correntes:*

Artigo 726.º — Subsídio de família	\$ 50 000,00
	<u>\$ 29 048 564,90</u>

Art. 4.º O encargo referido no artigo anterior deste decreto-lei terá por contrapartida o excesso de cobrança previsto no artigo 1.º

Aprovado em 19 de Outubro de 1984.

Publique-se.

O Encarregado do Governo, *Manuel Maria Amaral de Freitas*.

Portaria n.º 201/84/M

de 20 de Outubro

Tendo sido celebrado contrato com a empresa Construções Técnicas, S. A. R. L., para a «Construção de um Complexo Recreativo em Hac-Sá — Coloane», pela quantia de \$ 8 419 531,40 (oito milhões, quatrocentas e dezanove mil quinhentas e trinta e uma patacas e quarenta avos) e prevenindo-se que o prazo de execução da obra se prolongue por mais de um ano económico, torna-se necessário proceder ao escalonamento do valor contratual.

Usando da faculdade conferida pela alínea e) do n.º 1 do artigo 15.º do Estatuto Orgânico de Macau, promulgado pela Lei Constitucional n.º 1/76, de 17 de Fevereiro, o Encarregado do Governo de Macau determina:

Artigo 1.º É definido o seguinte escalonamento por forma a assegurar as importâncias a despendem em cada um dos anos:

1984	\$ 5 600 000,00
1985	\$ 2 819 531,40

Art. 2.º O encargo referente a 1984 será suportado pela verba do capítulo 25.º, artigo 736.º, n.º 2 — «Educação, Cultura e Desportos», do orçamento geral de Macau para o corrente ano.

Art. 3.º O encargo relativo a 1985 será suportado pela verba correspondente a inscrever no orçamento geral de Macau do próximo ano.

Governo de Macau, aos 11 de Outubro de 1984. — O Encarregado do Governo, *Manuel Maria Amaral de Freitas*.

Portaria n.º 202/84/M

de 20 de Outubro

Reconhecendo-se a necessidade de reforçar uma verba da tabela de despesa ordinária do orçamento geral para o ano económico de 1984;

Existindo na mesma tabela de despesa disponibilidades que podem servir de contrapartida e tendo sido cumpridas as formalidades prescritas nas alíneas a) a c) do artigo 6.º do Decreto n.º 40 265, de 30 de Julho de 1955;

Usando da faculdade conferida pela alínea e) do n.º 1 do artigo 15.º do Estatuto Orgânico de Macau, promulgado pela